

JOSÉ F. G. PORTELA (*)

FRAGUEIRO

—NOTAS SOBRE A AGRICULTURA LOCAL

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este Colóquio «encetar um debate que permita traçar o quadro caracterizador da situação da pequena agricultura e da dinâmica da sua transformação» ⁽¹⁾. Esta comunicação relaciona-se fundamentalmente com o primeiro objectivo acima formulado, ou seja, ela visa contribuir para a caracterização da «pequena agricultura». Procederemos à descrição de um «caso concreto», ou melhor, à apresentação dos elementos que mais chamaram a nossa atenção aquando da observação do «caso». Os dados foram recolhidos através da técnica de observação participante por ocasião da realização de um trabalho de campo, de tipo exploratório, numa aldeia transmontana. No Verão de 1980 e por um período aproximado de dois meses participamos na vida colectiva de Fragueiro ⁽²⁾ e na de uma das famílias locais em particular. A situação existente foi pois observada do «interior» e a imagem que aqui se apresentará está inevitavelmente ligada a esse ângulo de visão. O uso que fazemos de expressões locais, por exemplo, procura sublinhar precisamente aquela perspectiva.

Os traços económicos da agricultura em Fragueiro constituem tópicos dominantes desta comunicação e de entre eles destacaremos o factor trabalho. Começaremos no entanto por sublinhar a relevância económica da «não-agricultura» local.

(*) Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

⁽¹⁾ Do folheto em que se anuncia a realização do colóquio.

⁽²⁾ De acordo com o prática corrente em casos idênticos procedemos à alteração do nome da aldeia.

Algumas notas sobre as poupanças, consumos e investimentos sustentados pela «não-agricultura» e agricultura locais serão ainda apresentadas. Num esforço de síntese reuniremos finalmente os traços dominantes do «caso concreto» sob apreciação. Embora tais traços possam ser observáveis noutras situações não pretendemos aqui proceder a generalizações que ultrapassem o domínio observado. A tentação é certamente grande mas a complexidade e diversidade da realidade aconselham-nos à resistência. Começamos então por apresentar Fragueiro, a aldeia que, por algum tempo, constituirá o nosso universo.

FRAGUEIRO: GEOGRAFIA, HABITAT E POPULAÇÃO

Fragueiro, aldeia transmontana de onde se avista a terra de «nuestros hermanos», está ligada ao mundo exterior por uma estrada asfaltada de construção recente e por um telefone público instalado em casa privada. Para os seus habitantes o governo distante, a lei cega e a complicada burocracia administrativa tornam-se palpáveis na sede do concelho. Bragança porém, polariza as atenções locais. Simples assuntos administrativos e religiosos, cuidados médicos gerais e bens de primeira necessidade são questões que ligam Fragueiro a algumas aldeias vizinhas. A esses locais vai-se frequentemente a pé e são necessários então entre 30 a 60 minutos.

O território da aldeia, isto é, o espaço físico que os residentes definem como «as nossas terras» estende-se dos 690 aos 910 m de altitude. O terreno é bastante acidentado e muitas encostas são suficientemente íngremes para provocarem acidentes com carros de bois e tractores. O rio Tuela e umas tantas linhas de água provenientes de nascentes intersectam o território local, o qual mostra ainda profundos caboucos causados pela agressividade das águas invernais.

Em termos climáticos Fragueiro é «Terra Fria». De Dezembro a Fevereiro as temperaturas médias oscilarão aproximadamente entre os 4°C e os 6°C e entre Junho e Agosto as temperaturas médias estarão compreendidas, grosso modo, entre 17°C e 21°C. A temperatura média anual rondará os 12°C. A precipitação média anual atingirá cerca de 1000mm, sendo de 700mm o valor da precipitação entre Novembro e Março. Em Junho, Julho e Agosto o número de dias com precipitação acima dos 10mm é respectivamente de 2, 1 e 1. Nesses três meses a precipitação total não ultrapassará os 90 mm.

Tal como as aldeias vizinhas, Fragueiro não constitui um agregado populacional recente. No séc. XII a aldeia seria constituída por um número não inferior a 10 famílias. Hoje o número de agregados domésticos é de 31 em Agosto e de 27 no resto do ano. A aldeia é pequena mas a percepção dos seus habitantes obriga à distinção entre os «bairros de cima», de «baixo» e do «meio». Ao nível de cada «bairro» as habitações constituem como que um todo arquitectural e, em cada uma delas, residentes e animais se alojam de modo a beneficiarem das mesmas estruturas físicas. Construções recentes repudiam vivamente essa «intimidade» entre vizinhos e entre pessoas e animais.

Se em termos de arquitectura rural as casas recém-construídas impressionam qualquer observador, em termos sociológicos, os «franceses», isto é, aqueles que alimentaram a mais recente hemorragia emigratória nacional, são uma realidade evidente. Hoje, tal como muito provavelmente no passado, Fragueiro só se define verdadeiramente se se considerar simultaneamente os que «trabalham» 11 meses no estrangeiro e os que «vivem» 365 dias na aldeia. A população emigrada gozando férias em Fragueiro no Verão de 1980 era constituída por 29 indivíduos: 20 vivem em França, 6 em Espanha e 3 na Alemanha Ocidental. Esse grupo era bastante jovem: $\frac{1}{3}$ tinham menos de 15 anos de idade e os restantes $\frac{2}{3}$ tinham entre os 15 e os 45 anos. Os respectivos chefes de família emigraram pelos anos 60 para os países indicados, mas outros «filhos da terra» procuraram destinos diferentes: Venezuela, Brasil e África do Sul. A repulsão que a terra natal gera pode ser ilustrada pela seguinte indicação: pelo menos 67% dos agregados domésticos permanentes da aldeia têm um ou mais dos seus familiares próximos, isto é, marido, filho(a), irmão(ã) na situação de emigrante.

A população residente era em Agosto de 1980 constituída por 43 indivíduos do sexo feminino e 39 do sexo masculino e a população com idade superior a 45 anos representava cerca de 57% do total. O número de pessoas por casa variava de 1 a 7 sendo a média igual a 3, e em cerca de $\frac{1}{4}$ dos agregados domésticos viviam conjuntamente representantes de 3 gerações da mesma família. No Verão, porém, Fragueiro cresce. Em Agosto de 1980 a expansão foi da ordem dos 52%, ou seja, 44 veraneantes integraram-se então no modo de vida local. Para além dos emigrantes esse grupo era constituído por jovens a estudar em centros urbanos e antigos residentes vivendo actualmente em cidades, Lisboa por exemplo. Nessa altura alterou-se pois o número e composição dos agregados domésticos: 4 novos fogos surgiram e variava entre 1 e 10 o número

de pessoas por casa, sendo o número médio de 4 pessoas. Esta variação populacional não afectou a impressão de que estávamos entre duas ou três famílias. Na verdade cerca de $\frac{2}{3}$ dos residentes pertencem basicamente a três grupos de parentesco e os veraneantes, em maior ou menor grau, estão ligados àqueles grupos. Não é raro encontrar familiares próximos ligados pelo matrimónio e relações familiares ou de outro tipo entre diversas casas locais podem ainda ser reforçadas por laços de compadrio. Uns poucos «melhor situados na vida» polarizam estas relações: são «padrinhos» de uns tantos e «apadrinham» ainda os familiares mais chegados daqueles.

FRAGUEIRO: PRESENTE E PASSADO DA «NÃO-AGRICULTURA» LOCAL

Poderá parecer estranho que num colóquio sobre agricultura comecemos exactamente por prestar atenção à «não-agricultura». Contudo, desejamos sublinhar vincadamente que estudar a «pequena», «média» ou «grande» agricultura num quadro de referência exclusivamente agrícola é adoptar uma perspectiva limitada da realidade. Por um lado, o problema «Agricultura Portuguesa» é nomeadamente o problema «Agricultura de Trás-os-Montes» não é só agrícola. As vicissitudes sofridas pela indústria transmontana dos tecidos de seda, de meados do séc. XV ao séc. XIX afloram simbolicamente a questão. Por outro lado, a vida económica de Fragueiro embora aparentemente seja «agrícola» não se esgota na agricultura. Outras actividades surgem como fontes de rendimento dos agregados domésticos ali existentes. Fluxos de capital provenientes do exterior contribuem também para o funcionamento da vida económica local. A observação de campo realizada na aldeia bem como a bibliografia que entretanto consultámos sugerem-nos que o agricultor definido como indivíduo que tem na actividade agrícola própria a sua única fonte de rendimento é frequentemente uma excepção. Se a unidade de observação sociológica a considerar for o agregado doméstico, a actividade agrícola própria vê então a sua importância relativa minimizada. Supomos assim que trabalhos de investigação focando especificamente a questão poderão eventualmente revelar que uma parte considerável dos habitantes do meio rural depende, para viver, mais de fontes de rendimento não agrícola do que da própria actividade agrícola que realiza. Mas vejamos agora qual a situação que encontramos em Fragueiro.

A data da observação dois elementos de agregados domésticos distintos estavam empregados no sector dos serviços recebendo qualquer deles um vencimento mensal pelo menos equivalente a duas vezes o salário mínimo nacional, isto é, 2x7,5 contos. Os restantes membros das casas referidas asseguravam o funcionamento das explorações agrícolas. Outras três casas juntaram forças a fim de explorarem um bem comunitário: um areal. Descontada a renda paga ao «povo», qualquer delas teria obtido durante o ano de 1980 um rendimento não-agrícola equivalente ao salário mínimo nacional para o mesmo período. No dizer de um dos empreendedores dessa actividade «a areia hoje é ouro». Em 1979 um «fiscal» a trabalhar por conta do povo, teria recebido 50% do valor de cada carregamento de areia. Segundo estimativas locais, que nos parecem dignas de crédito, outras 5 ou 6 casas obteriam de juros sobre capital depositado a prazo, rendimentos ligeiramente superiores ou idênticos ao salário mínimo nacional e mais duas obteriam da mesma fonte cerca de $\frac{2}{3}$ da base considerada. Acrescentemos ainda que pelo menos cinco das casas ainda não referidas recebiam remessas de familiares emigrados e do total das 27 casas da aldeia só duas não beneficiavam de qualquer pensão ou subsídio social.

Numa óptica talvez um pouco heterodoxa, incluiremos ainda nesta secção algumas actividades que se encontram estritamente associadas à vida agrícola e doméstica. Temos todavia em atenção mais o tipo de actividade realizada do que o meio em que ela se realiza ou os produtos envolvidos. As pessoas recorrem ou não a tais fontes de rendimento consoante a percepção que têm das circunstâncias num dado momento. Exemplificando, um chefe de família pode «experimentar a sorte» dedicando-se hoje à actividade de compra e venda de gado nas feiras locais e comercializar amanhã batata-semente, castanhas, nozes, lenha, madeira ou peles, de animais domésticos ou do «monte». A propósito diria um residente: «negocia-se tudo o que aparecer à mão». A utilização de maquinaria agrícola para prestação de serviços a outrém poderá constituir nalguns casos forma significativa de obtenção de capital. Uma das casas de Fragueiro, qual empresa prestadora de serviços de maquinaria, terá recolhido, segundo estimamos, ao fim de 2 meses de operação com a sua ceifeira-atadeira, uma quantia que terá ultrapassado ligeiramente duas vezes o valor anual do salário mínimo nacional. «Especialistas» de algumas casas locais poderão ainda vacinar, castrar ou tosquiar animais, ou produzir artesanalmente cestos, sacos, roupas ou colchas. Se estas actividades que requerem capacidade e conhecimentos especializados não proporcionam rendimentos de grande

monta, suscitam pelo menos deferências da parte dos que são servidos. A título indicativo, digamos porém que nos últimos 3 anos «grandes» criadores espanhóis de gado ovino têm solicitado os trabalhos de 4 tosquiadores de uma aldeia próxima de Fragueiro. Para além do transporte, alojamento e alimentação que são assegurados pelo empregador aqueles «especialistas» têm recebido um salário diário da ordem dos 1750\$00.

Relativamente ao passado, pelo menos ao passado ainda vivo na memória da população mais idosa da aldeia, também não se verifica que a actividade agrícola constituísse a única forma de assegurar a subsistência das diversas casas. A julgar pelos relatos vivos das histórias pessoais, a procura de outros meios de vida era um comportamento generalizado e constante. Era o que se pode chamar uma verdadeira «luta pela vida». Várias fontes afirmariam enfaticamente que o recurso ao contrabando era um dos meios amplamente seguido. Por cruzamento de informações somos levados a crer que, de facto, elevado número de casas obteria nesses arriscados empreendimentos parte dos seus rendimentos monetários. Presunto, azeite, café, cravagem, têxteis e gado constituíam os bens a transaccionar, mas na década de 60 o «contrabando de homens» também teria ocorrido. Operações de troca de moeda estrangeira ou aquisição de moedas de prata para fundição seriam outras duas actividades que permitiriam a uma ou outra casa a obtenção de algum capital. A exploração do calcário local, quer pelo número de indivíduos directamente empregados como «mineiros», quer pelo número daqueles que com carros de bois asseguravam o transporte de materiais, teria tido durante algum tempo um certo peso na vida económica da aldeia. Noutra ocasião os produtores agrícolas de Fragueiro aprenderam as técnicas arqueológicas e colaboraram como assalariados na recolha de materiais de uma estação próxima. Chefes de família, rapazes e raparigas encontrariam nos «trabalhos da floresta» nova fonte pecuniária. Semelhante situação teria ocorrido à data de construção de obras públicas como estradas, pontes e barragens. Significativamente interpelava-nos um dos residentes: «quem julga o senhor que as construiu?». A actividade comercial também atrairia algumas casas. Uma delas geria uma taberna e outras viam-se envolvidas em negócios de produtos agrícolas, peças de caça ou trutas. Um chefe de família dedicar-se-ia mesmo a viajar pela região a fim de comprar artigos destinados a uma casa de antiguidades. Outros encontrariam na árdua prestação de serviços de transportes com carros de bois um outro meio de fazer face à vida. A produção artesanal algumas vezes não conseguiria alcançar senão um pagamento em géneros. O

recurso à emigração urbana ou à emigração do chefe de família, enquanto os restantes membros da casa mantinham em funcionamento a exploração agrícola, era frequente. Aproximadamente metade dos adultos do sexo masculino vivendo hoje em Fragueiro passaram pela experiência da emigração em Espanha, Angola ou Moçambique ou pela prova da migração urbana.

FRAGUEIRO: A AGRICULTURA LOCAL

Produção agrícola: «de tudo um pouco»

O actual sistema de produção agrícola em Fragueiro não é simples. Isso deve-se à estreita interligação de vários sectores de produção, à diversidade dos elementos existentes em cada um deles, aos diferentes objectivos económicos prosseguidos pelo produtor e à fusão existente entre a economia doméstica e a da exploração agrícola.

Académica e burocraticamente é óbvia a divisão entre as produções animal, vegetal e florestal mas o produtor local não estabelece fronteiras entre tais sectores. Na prática quotidiana há um todo a gerir. Para alimentar animais, por exemplo, o agricultor pode recorrer aos pastos naturais, a plantas cultivadas exclusivamente para esse fim, a folhas de espécies arbóreas ou a desperdícios do consumo familiar. As parcelas de terreno que produzirão batata e hortícolas para homens e animais são fertilizadas através da matéria verde proveniente do sector florestal, palhas do sector vegetal e dejectos dos animais. Produção animal significará certamente a criação de meia dúzia de galinhas percorrendo as vizinhanças, de uns tantos coelhos gozando da liberdade proporcionada pelos baixos duma casa ou enjaulados em pequenos caixotes, de umas duas ou três cabras nalgumas, poucas, casas, e essencialmente do porco para a matança, das vacas para o trabalho e das crias para o matadouro. Produção vegetal quererá dizer na maior parte dos casos centeio, trigo, cevada, milho, beterrabas, nabos, lentilhas, batata, feijões, grão-de-bico, cebolas, cenouras, ervilhas, tomate, couves, pimentos, abóbora, etc. Figueiras, macieiras, pereiras, e ameixeiras dispersas pelas hortas e algumas vinhas enriquecem o quadro. Produção florestal significará sobretudo castanheiros, nogueiras, carvalhos e freixos. O habitante de Fragueiro reúne assim simultaneamente os papéis de pastor, criador de gado, cerealicultor, horticultor, guardião de espécies florestais e até mesmo o papel de relector quando se dedica à caça, à pesca, à recolha

de ervas medicinais para os seus males e de frutos selvagens para bebidas espirituosas.

Referida a interligação dos vários sectores de produção e a notável diversidade de elementos existentes em cada um deles vejamos agora que produções são objecto de uma atenção particular. Do total das 27 casas da aldeia só 7 se não dedicaram em 1980 à cultura cerealífera. Nenhuma destas últimas possuía no entanto um número significativo de animais e 4 eram constituídas por 1 único residente. A produção de centeio adicionada à de trigo por produtor de cereal oscilou entre 0,5 e 6 ton. sendo a média de 3,1 ton. A produção de trigo representou cerca de 28% da produção total de grão. Umas 10 casas produziram cevada para semente mas em nenhum caso se ultrapassou o valor de 150 kg. Todas as casas procederam ao cultivo da batata.

Do total das 27 casas existentes 15 possuíam gado bovino sendo o número total de animais 84: 1 touro, 36 vacas e 47 novilhos e vitelos. O gado bovino ocupa o centro das atenções dessas casas. A título de exemplo podemos dizer que durante a nossa estadia na aldeia verificamos que o trabalho de vigiar o gado e o de o conduzir para os lameiros e estábulos ocupava diariamente um elemento dessas casas durante 6 horas, divididas estas em dois períodos. A topografia do terreno, a pequena dimensão dos lameiros e a inexistência de vedações convidam a pastar nos lameiros vizinhos e o pastor não pode deixar de estar atento se deseja evitar conflitos.

Não parece possível poder dizer que em Fragueiro haja interesse pela árvore. Ele pelo menos não vai além duma tímida renovação de espécies como o castanheiro e a nogueira, renovação essa somente empreendida por algumas casas. Há ainda a assinalar um pequeno pinhal já com uns 10 anos de idade. Ele não é no entanto objecto de grandes cuidados.

Resumindo as considerações feitas poder-se-á afirmar que o sistema de produção agrícola de Fragueiro se caracteriza parcialmente pela existência de vários sectores de produção destacando-se desse todo, por um lado, a cultura cerealífera e a batata e, por outro, a criação de gado bovino e suíno.

Terra: «toda a gente a tem, toda a gente a arrenda»

Em Fragueiro, tal como em muitos outros locais, a terra é classificada de acordo com a sua utilização. Há lameiros, cortinhas, faceira, matas, soutos e monte. É possível que não existam grandes desigualdades relativamente à distribuição do factor terra mas as existentes estão certamente relacionadas com a posse dos lameiros. Quando se fala na riqueza de

alguém, os lameiros servem de indicador, particularmente aqueles com possibilidades de serem irrigados no Verão. Como se sabe, tais terras são essenciais para a criação de bovinos. As cortinhas, terras sujeitas à rega e a cuidadas estrumações constituem como que a dispensa das donas de casa da aldeia. A faceira é a terra do «pão» e embora os rebanhos de ovinos e caprinos sejam já nota rara na paisagem, em cada ano todos os cerealicultores cultivam as respectivas parcelas na mesma folha. As matas para além de alguma madeira e lenha fornecem ainda a cada casa matéria verde para a estrumação. Os soutos, quando relativamente jovens, podem ser pertença de uma só casa mas os restantes estão em geral repartidos por vários proprietários. As árvores em geral, qualquer que seja a sua localização, num povoamento, ao longo de caminhos ou ladeando a propriedade, são facilmente identificadas como pertencendo a certa casa e não a outra. O monte, ao contrário dos tipos anteriores, é terra do domínio comunitário e até há relativamente pouco tempo tinha um papel importante na manutenção de rebanhos de cabras, no fornecimento de leguminosas para estrumação, lenha, pasto suplementar para o gado bovino e caça. Por vezes, uma certa área era mesmo queimada e destroncada a fim de ser cultivada. Um idoso chefe de família comentando tal prática diria: «lá em casa éramos muitos e eu tinha de arranjar trabalho para todos. Era duro mas sempre se acrescentava um pouco mais ao pão colhido nas outras terras». Hoje, não fora a caça poder-se-ia dizer que o monte está em declínio.

Diferenciámos as terras que em Fragueiro são objecto de posse individual e comunitário mas no que se refere ao controlo sobre o factor terra há uma situação não facilmente categorizável: trata-se da «terra da Igreja», isto é, o conjunto de lameiros e matas que antigos residentes doaram à «Igreja» local. Até certo ponto estes terrenos são como que um bem comunitário: nenhuma casa os possui e em princípio qualquer uma delas pode candidatar-se a ser «rendeira». Em Dezembro de cada ano procede-se a um leilão onde o direito a utilizar tais parcelas por um ano a partir de 1 de Janeiro é sujeito à melhor oferta. Um dos lameiros da Igreja requer contudo uma obrigação adicional à renda estabelecida no leilão: o tocar do sino duas vezes por dia. Embora com naturais variações de ano para ano nos últimos anos o valor total das rendas da «terra da Igreja» tem sido de cerca de 10 contos anuais. Embora estes fundos sejam para despesas da Igreja, a compra dum sino por exemplo, o padre que preside às cerimónias religiosas na aldeia nada tem a ver com a gestão dos mesmos. Em 1980 pelo menos 5 casas estavam a explorar a «terra da Igreja».

Não nos foi possível obter dados sobre as áreas das propriedades ou das explorações agrícolas dos residentes da aldeia mas ficou-nos a impressão de que através da posse ou por meio de formas indirectas de exploração cada casa teria assegurado a utilização dos diversos tipos de terra necessários ao funcionamento do actual sistema de produção. A terra não estará igualmente distribuída mas segundo a opinião unânime dos residentes a diferenciação económica no passado seria bem mais marcada: «éramos muitos e a terra não estava repartida como sucede hoje. Umas três ou quatro casas tinham a maior parte das terras e os que as não possuíam eram criados, pastores ou caseiros. Hoje já não se encontram nem criados nem pastores e caseiros há muito poucos. Terra hoje não falta. Todas as casas a possuem e até só cultivam os *corações*».

As parcelas de terreno que constituem a exploração agrícola de qualquer casa estão dispersas por uma área bastante vasta. Além disso qualquer casa tem frequentemente o mesmo tipo de parcela em lugares distintos. A fragmentação e dispersão das explorações agrícolas são assim enormes. Um agricultor ou algum familiar pode ter que se deslocar hoje durante 2 horas para que o gado paste num dado lameiro enquanto que amanhã uma outra parcela exigirá somente uns 10 minutos de percurso.

As formas indirectas de exploração da terra são questões que merecem uma atenção particular. Ao contrário do que esperávamos elas parecem estar bastante difundidas. Os dados obtidos não resultaram dum inquérito exaustivo aos produtores agrícolas locais mas somente de questões indirectas que fomos apresentando a todos aqueles com quem contactamos. Os elementos recolhidos estão condensados no quadro n.º 1 e embora não possam ser tomados como dando conta da situação existente de modo completo permitem no entanto as seguintes considerações: é relativamente elevado o número de casas que possui terras sujeitas a formas indirectas de exploração; há casos em que o mesmo produtor é simultaneamente «senhorio» e «rendeiro»; diversos tipos de terra podem estar sujeitos à parceria ou ao arrendamento; é extremamente diversos o modo como as rendas são estabelecidas e a forma que assumem. Relativamente a este último aspecto verificamos que umas vezes o próprio utilizador do terreno é quem determina a renda a pagar; outras vezes pode aceitar-se a renda estabelecida tradicionalmente, a taxa de sementeira, por exemplo, no caso de terra de faceira; noutros casos a renda é determinada pelo proprietário do terreno e finalmente, como vimos, a renda pode ser estabelecida em leilão. As rendas

podem ser pagas em dinheiro, em prestação de serviços e outras ainda em natureza, podendo neste último caso utilizar-se o próprio produto cultivado ou outro.

Os proprietários que cedem a utilização de terrenos seus a outrém a troco duma renda fixa ou variável não constituem um grupo homogéneo e o mesmo se poderá dizer relativamente ao grupo constituído por rendeiros e meeiros. Tomando o número de rendeiros e meeiros relacionados com um dado proprietário como um indicador da «grandeza» deste último diremos que o maior proprietário não pode ser personificado: trata-se do caso da «terra da Igreja». Os restantes proprietários com terras sob formas indirectas de exploração diferem entre si não só quanto ao grau de envolvimento na produção agrícola como ainda em relação à proximidade que se estabelece entre eles e os respectivos rendeiros e meeiros. Vejamos alguns exemplos. O proprietário 002 explora por conta própria um relativamente elevado número de parcelas, é «rendeiro» da «Igreja» e vive na aldeia; o proprietário 012 só mantém sob exploração directa uma parcela para hortícolas e vive também na aldeia, podendo pois estar diariamente em contacto com os seus rendeiros e meeiro; o proprietário GGG tem uma parcela hortícola sob exploração directa mas só temporariamente permanece na aldeia; o proprietário AAA passa um mês de Verão na aldeia e todas as terras que possui estão sujeitas a formas indirectas de exploração ou mesmo abandonadas. Em muitos dos casos restantes poderá suceder que as parcelas sob exploração indirecta sejam uma parte muito reduzida da propriedade total. A diferenciação social existente entre os «grandes» proprietários (grandes no sentido acima referido) e os respectivos rendeiros e meeiros, os quais por sua vez também são proprietários, parece ser bastante reduzida: todas essas pessoas nasceram e viveram na aldeia, e na maior parte dos casos, ainda contactam frequentemente uns com os outros. Entre «senhorios» e «rendeiros» poderão existir mesmo laços de parentesco. De qualquer modo a confiança mútua parece estabelecida: contratos de arrendamento ou parceria são sempre verbais. Se é certo que há diferenças entre os «grandes» proprietários também é verdade que eles tem em comum algumas características. Em geral possuem um rendimento não-agrícola elevado; estão ligados por uma extensa teia de relações a gente da cidade, nomeadamente a indivíduos ligados à burocracia estatal; estão em posição de oferecer facilidades de transporte e de acesso a determinados factores de produção.

Interrogados proprietários e rendeiros sobre o valor das rendas qualquer das partes concordava, em geral, que o seu valor era baixo. A parceria aparecia como uma relação isenta

QUADRO 1
FORMAS INDIRECTAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA
FRAGUEIRO (1980)

Proprietário	Utilizador	Tipo de parcela	Tipo de renda	Valor da renda (contos)
III	000	L + C	RM + RM (*)	0,8 + 1,2
	017		RM (*)	
	222		RM (*)	
	333		RM (*)	
	002		RM (*)	
	019		PSC	
002	111	L + C	RM + P	
	014			
	005		P	
	777		P	
	018		P	
012	019	C	RM fixa	0,3
	000		P	1,0
	111	L + C + F + S	RM fixa/global	1,0
	222		RM fixa/global	
GGG	444	L	RM fixa	
	999		P	
	777		P	
	111		P	
AAA	000	L	RM fixa	
	999		P	
	777		P	
	111		P	
016	444	F	TS	
	Nr1		TS	
	Nr2		TS	
EEE	014	C		
	000			
004	011	C	RN (*)	
	444		RN (*)	
005	022	F	PSi	
	011			
MMM	444	L + C	AM + RM	
	006		RN (*)	
	999	L + C + F + S	Pg	
	Nra		RN (*)	
	Nrb		RM	
	Nrd	L	RM	
	Nre		RM	
	Nrf	C	RM	
	020		RN	

Legenda: L=lameiro; C=cortinha; F=faceira; S=souto; RM=renda monetária; (*)=estabelecida em leilão; PSC=prestação de serviço colectivo; P=parceria; TS=taxa de sementeira; RN=renda em natureza; (*)=estabelecida pelo utilizador; PSi=prestação de serviço individual; Pg=gado a meias.

de qualquer carácter explorador. Aparentemente as rendas fixas actuais terão um papel meramente simbólico: servirão para afirmar a quem pertencem os direitos de posse sobre as terras.

Em termos de transacções de terra verificamos a ocorrência de venda, doação ou troca temporária de terras. Por razões de circunstância duas casas poderão acordar entre si que cada uma trabalha uma ou duas parcelas pertencentes à exploração agrícola alheia. A «terra da Igreja» é um conjunto de casos de doação mas também se verificam situações em que os senhorios doaram parcelas aos seus próprios rendeiros. A situação de venda de terras parece ocorrer somente nos casos em que os proprietários das mesmas não têm descendentes. Noutras situações a venda de qualquer terreno, mesmo quando não cultivado, é assunto de família, não sendo fácil portanto a sua aquisição. Mas mais difícil ainda é a pretensão de constituir uma exploração agrícola contígua. Em Fragueiro, um proprietário local está a «desfazer-se» dos seus terrenos agrícolas, parcela por parcela, e emigrantes naturais da aldeia tem sido os compradores, competindo entre si. Qualquer deles lamenta no entanto a impossibilidade de adquirirem parcelas contíguas aos terrenos que já possuem. Novas propriedades agrícolas se constituem mas o «modelo» é o tradicional.

Água: «no Verão todos a buscam»

Em Fragueiro, a água de irrigação falta quando mais necessária se torna para assegurar produções satisfatórias dos lameiros e cortinhas. Feijoadas, batatais e parcelas com raízes para o gado podem ser afectados consideravelmente. Assim e como seria de esperar existe desde longa data um código local que regulamenta a utilização da água de rega proveniente das duas fontes principais da aldeia. Como seria de esperar, também se verificam desvios às normas estabelecidas, as quais deverão ser observadas de 15/5 a 15/8. Noutros casos a água de rega é questão que diz respeito a um número restrito de casas, estabelecendo estas conjuntamente as regras a seguir. Três casos existem porém em que, como o povo diz, «a água está partida por sentença». Pode ainda suceder que determinado caudal de água seja utilizado exclusivamente por uma das casas da aldeia.

A rega faz-se basicamente a partir de reservatórios de água alimentados por nascentes. Exceptuando os 2 tanques maiores da aldeia, os quais servem ainda para abeberamento do gado e lavagem de roupa, todos os restantes são construídos

em terra batida e por vezes possuem uma parede em cimento. Para estancar o reservatório usa-se um batoque rudimentar, comprimindo-se à sua volta uma certa quantidade de lama e erva. Uma boa faixa de lameiros pertencente a 5 casas é irrigada com água do próprio rio. Um pequeno muro acimentado e coroado por troncos e vegetação funciona no Verão como açude capaz de permitir a derivação da água de rega para um canal principal.

Trabalho: «que mais há?»

Homens, animais e máquinas

Para assegurar o funcionamento do sistema de produção existente em Fragueiro recorre-se sobretudo ao trabalho humano e animal. Enxadas, espalhadeiras e gadanhas não são ali peças de museu e a foice teria sido posta de lado, de modo mais ou menos generalizado, há cerca de 6 anos. Em 1980 porém três casas ainda a utilizaram na ceifa de alguns campos. Tremoços e lentilhas requerem ainda o uso dos malhos tradicionais. O transporte de palha, erva ou milho e de sacos com folhas de negrilho ou raízes é realizado aos ombros de homens e mulheres e nalguns casos no dorso de algum jumento. Por outras palavras, o trabalho humano no sentido de verdadeiro esforço físico é extensiva e intensivamente aplicado. Numa ocasião pudemos observar que 2 homens transportaram sobre os seus próprios ombros e por carreiro acidentado um total de 6 toneladas de cereal. A distância entre o local da malha e o celeiro era de cerca de 60 m. e os sacos pesavam em média 58 kg. Noutra altura uma situação paralela ocorreu: 2 homens asseguraram pelo mesmo processo o transporte de 3 toneladas de cereal sendo então a distância a percorrer de cerca de 100 m.

Os animais de tracção merecem bem o denominativo que recebem: «vacas de trabalho». Embora produzam crias esses animais são ainda e fundamentalmente produtores de trabalho. Não é raro observar animais em situações de relativa incapacidade física ou em vésperas de parição a assegurar, por exemplo, o transporte do feno, «pão» ou batata. Em muitos casos a topografia e a organização do espaço impedem que o tractor os possa substituir.

Duas casas possuem cada uma o seu tractor e os respectivos «azarelhos» (alfaias para lavoura) bem como um reboque. Estas máquinas e outros dois tractores de gentes vizinhas prestam serviços aos agricultores locais. Duas ceifeiras-atadeiras pertencentes a duas casas distintas e uma malhadeira vinda duma aldeia a 70 km. de distância constituem os restantes

elementos do «parque de máquinas» à disposição da agricultura local. A mecanização completa de uma dada prática cultural será excepção. O tractor é utilizado, por exemplo, para as primeiras operações de lavoura mas acaba-se o trabalho de preparação da terra com os animais. Dadas as condições sob as quais a actividade agrícola se realiza, segundo a perspectiva local, vacas e tractor são elementos complementares. Os animais trabalham parcelas inacessíveis à máquina e são a melhor garantia contra eventuais problemas mecânicos. Só para dar um exemplo que ilustra a justeza daquela percepção digamos que a inexistência de uma rectificadora em Bragança obrigou um agricultor a esperar cerca de dois meses e meio pela reparação do seu tractor. Em termos de ciclo agrícola é bem possível que a maior intensidade de utilização dos tractores esteja relacionada com a função de transporte. As ceifeiras-atadeiras motorizadas libertaram as pessoas dos cansaços das ceifas tradicionais mas as operações «juntar o pão», fazer e desfazer mornais e fazer e desfazer medas persistem. A própria malhadeira accionada à tomada de força do tractor requer ainda o esforço físico dum grupo de 10 a 20 pessoas a fim de que a meda seja desfeita, a máquina alimentada, a palha recolhida, o palheiro construído, a eira varrida e o grão pesado e transportado para o celeiro.

Mão-de-obra agrícola

Uma malha em Fragueiro pode reunir, por exemplo, um professor primário nascido na aldeia e gozando uma licença militar, uma estudante a preparar-se para os exames de admissão à Universidade, dois ou três emigrantes em gozo de férias na terra natal, dois ou três familiares do «dono da malha» e que vivem na cidade, dois ou três amigos de aldeias vizinhas e mais uma dezena de habitantes locais, homens e mulheres, novos e velhos. Quando se procede ao transporte do «pão», à construção duma meda ou ao arranque da batata pode verificar-se um quadro semelhante embora com um número mais reduzido de participantes. Pode assim dizer-se que o trabalho agrícola, pelo menos no pico das colheitas é assegurado por três tipos de trabalhadores: residentes, veraneantes e não-residentes.

Embora a capacidade de trabalho seja obviamente distinta de indivíduo para indivíduo só excluimos do conjunto dos trabalhadores residentes 7 crianças com 6 ou menos anos de idade e 4 pessoas idosas ou com deficiências físicas sérias. Entre os trabalhadores residentes há os que trabalham diária e regularmente na exploração agrícola e aqueles cuja contri-

buição diária é irregular devido ao seu envolvimento noutras ocupações. Chamemos aos primeiros trabalhadores regulares e aos segundos trabalhadores não-regulares. Em Fragueiro no mês de Agosto de 1980 os primeiros eram em número de 60 e os segundos 11. Dada a sua natureza ocasional não é fácil avaliar a contribuição em trabalho prestada por veraneantes e não-residentes mas as observações condensadas no quadro 2 sugerem que ela é relativamente importante.

QUADRO 2

DISTRIBUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA POR ACTIVIDADE AGRÍCOLA EM FRAGUEIRO (JULHO-SETEMBRO, 1980)

Actividade agrícola	N.º de observações	Total de trabalhadores envolvidos (n.º)	Percentagem de trabalhadores:			
			Residentes Reg. N/ Reg.		Veraneantes	Não-residentes
Transporte de cereal	11	56	66	11	16	7
Arranque de batata	12	68	65	8	18	8
Malha	11	191	76	2	16	6

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho observamos que as actividades agrícolas requerendo grandes esforços físicos bem como algumas tarefas mais especializadas eram em geral realizadas pelos homens, particularmente os mais jovens. Todavia não parece possível afirmar que haja trabalho exclusivamente masculino ou feminino ao nível da exploração agrícola.

Mão-de-obra familiar e «torna-geira»

«Aqui não há a quem pagar uma geira. Cada casa arranja-se como pode». Esta afirmação, tão frequentemente produzida em Fragueiro e não raramente expressa como um lamento, sublinha bem o carácter familiar do sistema de produção agrícola local. Todavia tal expressão, tomada à letra, é enganadora. Na realidade, embora a inexistência de assalariados seja um facto, os casos de pura auto-suficiência em termos de mão de obra não existem. Os diversos agregados domésticos não são unidades económicas autárquicas e assim, por exemplo, os grupos de trabalho envolvem frequentemente elementos de casas distintas.

Do total das 27 casas de Fragueiro só 2 tinham 4 ou mais trabalhadores regulares e havia 6 que só contavam com um trabalhador regular. 12 casas dispunham de um par de trabalhadores regulares, em geral marido e mulher, e outras 7 contavam com um trio de trabalhadores regulares. Estes trios são compostos por um casal mais um filho ou filha. Se bem que os elementos de cada casa constituam a mão de obra básica das explorações agrícolas existentes, em muitas circunstâncias o recurso a outros familiares, amigos e vizinhos torna-se indispensável.

A constituição de grupos de trabalho de pequena ou média dimensão era um facto que pela sua frequência e características não podia deixar de nos impressionar. Observamos tais grupos nas mais variadas tarefas: a fazer mornais, transportar cereal, construir medas, segar feno, arrancar batatas, colher tremoços, malhar lentilhas, plantar couves, etc. Os grupos formados para o arranque da batata tinham no mínimo 2 pessoas e no máximo 12 mas a média era de 6 indivíduos. No caso do transporte de cereal o grupo médio tinha 5 elementos. A formação destes grupos, em geral, não era fruto do acaso. Cada casa estabelece relações múltiplas e mais frequentes com algumas outras sendo aquelas ligações aparentemente estáveis ao longo do tempo. Assim no que respeita à questão do fornecimento de trabalho, pudemos verificar que muitos grupos à primeira vista distintos em termos do número e personalidades envolvidas se reduziam à mesma unidade caso se considerasse quais as casas neles representadas. Tais relações entre as diversas casas surgiram tão claramente estabelecidas que não nos foi difícil, logo que conhecidas as pessoas, passar a prever correctamente qual a composição dos grupos de trabalho a constituir para a realização de uma dada tarefa. A troca de trabalho entre casas distintas, ou seja, o fenómeno localmente denominado «torna-geira», surgiu-nos inscrito numa teia de relações mais vastas. Abramos aqui um parêntesis para apresentar então algumas notas sobre as relações entre as diversas casas da aldeia.

Relações entre as «casas»: a dependência mútua

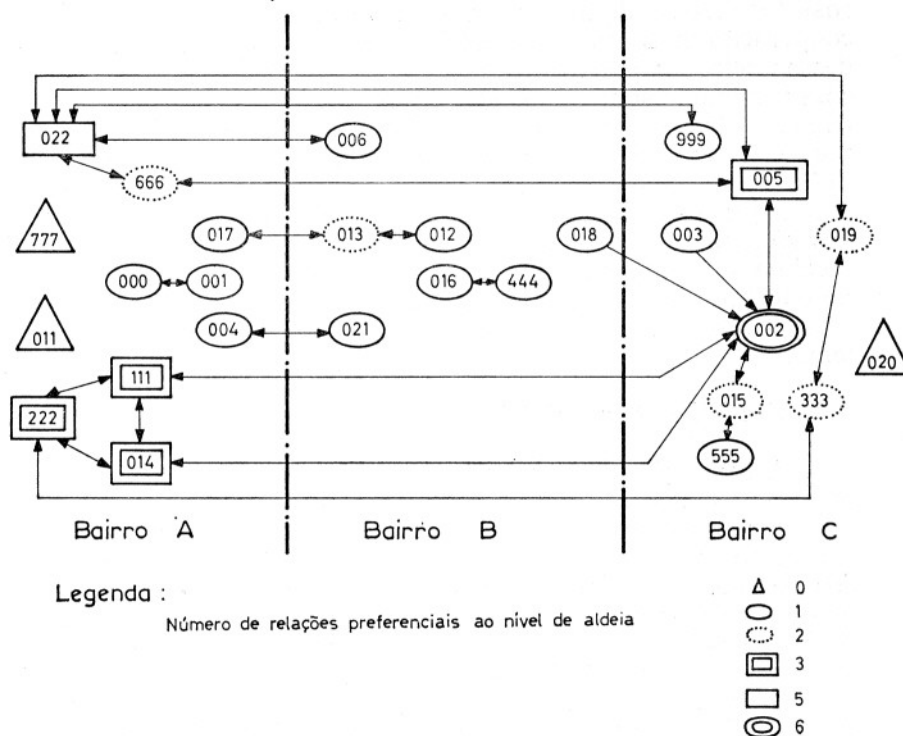
Com base nas observações e informações de campo construimos o diagrama 1 que representa a teia de relações de cooperação preferencial estabelecida entre as diversas casas de Fragueiro. O fornecimento de trabalho é sem dúvida uma componente importante daquelas relações mas não é de modo nenhum a única. Ela está presente em todas as relações indicadas no diagrama e pode ainda dizer-se que as casas 020, 011

e 777 embora «isoladas» ao nível da aldeia, recorrem a amigos de aldeias vizinhas ou familiares vivendo na cidade aquando da realização de tarefas mais exigentes em mão de obra. Quer isto dizer que todas as casas, em grau maior ou menor, recorrem ao auxílio de outrém a fim de assegurarem o funcionamento da exploração agrícola. O diagrama mostra que cerca de metade das 27 casas teria duas ou mais relações preferenciais. Há mesmo dois casos de polarização: a casa 022 relaciona-se com 5 unidades e a casa 002 com 6.

O fornecimento de trabalho que uma casa presta a outra pode ser recompensado por prestação idêntica de trabalho que a segunda presta à primeira mas nem sempre tal se verifica. Dissemos prestação idêntica de trabalho e devemos acrescentar que o «cálculo» que os interessados fazem é relativamente ríginoso: por exemplo, 1 elemento numa casa cooperando numa malha «grande» equivale a 2 elementos participando numa malha «pequena» e as ausências temporárias que se verificarem no decorrer da actividade são reportadas ao «dono da malha». A retribuição pode no entanto ser algo que não seja trabalho: pela participação numa malha, uma determinada casa pode assegurar a aquisição da palha que necessita para os tempos mais próximos. Vejamos alguns casos concretos: a casa 015 pode fornecer trabalho à casa 555 a fim de garantir que esta lhe forneça trabalho animal; a 022 pode assistir a 006 em trabalhos agrícolas a fim de assegurar o acesso a determinada parcela de terreno pertencente à última ou pode fornecer trabalho à casa 019 porque esta, estando envolvida em determinado negócio, proporciona à primeira a plena utilização do seu tractor. Isto é, a «quota» correspondente à participação em certa «sociedade» é paga em trabalho. É ainda possível que a casa 055 coopere com a casa 002 de modo a obter desta a possibilidade de colher castanhas e nozes «a meias» das árvores pertencentes à segunda. As casas 014, 011 e 018 poderão suprir certas necessidades de mão de obra da casa 022 como troca pelas facilidades que a última proporciona relativamente a transporte, acesso a certos factores de produção e a maquinaria agrícola. A casa 002 porque dispõe de um único trabalhador regular acolhe favoravelmente a prestação de trabalho daquelas três casas e cede sem dificuldade 50% da produção das suas árvores à casa 002. Na verdade as diversas casas estão ligadas por múltiplas relações de dependência mútua e assim para além da questão essencial do fornecimento de trabalho estão em causa também a obtenção de capital, o acesso a factores de produção, os favores antigos ou a pedir, etc. Há que encontrar modos de agradecer ainda favores tais

DIAGRAMA 1

TEIA DE RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO PREFERENCIAL
ENTRE AS DIVERSAS CASAS DE FRAGUEIRO
(JULHO-SETEMBRO, 1980)



como um corte de cabelo, trabalho de enfermagem, matança de animais, a cedência de vez na rega, conselhos sobre assuntos burocráticos, a vigilância de bens e animais quando uma pessoa se ausenta, etc. Em Fragueiro pode ceder-se uma loja a troco de uma certa quantidade de estrume aí produzido, tal como se pode trocar nabinha por sementes de lentilha. Pode levar-se dinheiro a alguém por se realizar uma lavoura com o tractor nos seus terrenos mas também pode combinar-se que tal operação se faz a troco de trabalho animal nos terrenos do dono da máquina. A reciprocidade entre duas casas pode ser adiada por um período considerável mas a expectativa de que ela se estabeleça persistirá. Um caso muito simples ilustra a questão. Uma cabra tinha por hábito fugir para um lameiro não pertencente ao seu dono. Em dada ocasião e após a ma-

tança do dito animal ouvimos o dono do lameiro assaltado comentar em tom aborrecido: F. nem sequer 1 kg. de carne da cabra me ofereceu».

Para concluir este tópico notemos que se se tomar uma área de vizinhança como coincidindo com cada um dos «bairros» localmente definidos, então, do total das 23 relações de cooperação preferenciais estabelecidas aproximadamente 50% dessas relações ligam vizinhos. Se considerarmos como relações familiares somente as existentes entre pais e filhos e entre irmãos e irmãs, então, do total das 23 relações preferenciais indicadas metade estabelecem-se entre membros da mesma família. Embora não caiba aqui desenvolver o tema digamos ainda que as relações de cooperação entre as diversas casas são só uma parte do total das relações que se estabelecem ao nível da aldeia. Como em qualquer outra sociedade as relações de conflito não são desconhecidas e, assim, poderíamos também apresentar o diagrama correspondente para ilustrar o tema.

Trabalho «comunitário»

A formação de grupos de trabalho também se verifica para a resolução de problemas comunitários, tais como a construção ou reparação de moinhos, pequenos açudes e canais de rega ou reservatórios de água. A reparação de um dos moinhos da aldeia realizada em 1980 reuniu um grupo de 7 rapazes e 8 homens e as casas que não participaram na tarefa ficaram sujeitos à sanção correspondente: só tiveram possibilidade de moer o grão à segunda volta.

A operação tradicional de debulha pode, até certo ponto, ser considerada como um assunto comunitário. Por um lado o proprietário da malhadeira presta o serviço não a este ou aquele produtor em particular mas à aldeia como um todo. Por outro lado a ordem pela qual as diversas casas têm o seu cereal debulhado está tradicionalmente estabelecida. Acrescente-se ainda que o número de pessoas envolvidas é relativamente elevado: em 1980 as malhas em Fragueiro reuniram em média 17 trabalhadores, sendo a variação entre 11 e 21 indivíduos. Deve no entanto dizer-se que tais grupos tinham uma constituição particular. Nem todas as casas da aldeia estão neles representados. Só os elementos das casas que têm relações preferenciais com a casa que é assistida mais os que estão certos que receberão a «torna» da sua própria geira. Por outras palavras, a formação daqueles grupos respeita não só as relações preferenciais entre as diversas casas mas também os próprios conflitos. Elementos de duas casas em conflito pode-

rão cooperar na malha de uma terceira se esta tem relações preferenciais com qualquer delas ou se essas duas casas pretendem a torna-geira da terceira. Casas em conflito não esperarão todavia ajuda recíproca. Sublinhe-se ainda que nos casos que observamos, os filhos seguem estritamente o comportamento dos seus pais relativamente à não-participação nas malhas daqueles a quem os segundos se opõem, mesmo quando as casas em conflito estão relacionadas por laços de parentesco.

Remuneração do trabalho

Do total da população residente na aldeia só um indivíduo poderá ser considerado como assalariado rural. De idade já avançada e sem familiares, ele próprio se define como criado que tem experimentado ao longo da vida várias casas locais. Isso porque, como disse, «embora tenha sido sempre considerado como pessoa de família há amos melhores e piores». Pode dizer-se assim que praticamente todo o trabalho agrícola em Fragueiro não é remunerado directamente em termos monetários. Trabalhadores residentes, veraneantes ou não-residentes, ou trabalham no próprio património familiar ou, se trabalham para outrem, vêem a sua remuneração inscrita na teia de relações que liga a casa-mãe à casa a que prestam serviços. Uma situação fora daquelas possibilidades constituirá excepção, algo de inesperado. Enquanto na aldeia participamos em numerosos grupos de trabalho e inevitavelmente surgia a pergunta: «mas o senhor engenheiro anda ou não a ganhar geiras para o seu 'patrão'?» A questão era séria pois fosse a resposta afirmativa e estariam as pessoas a contrair obrigações para com a casa em que nos «hospedamos». Um outro exemplo ilustra que a remuneração do trabalho de outrem é questão que se não negligencia. Um «francês» que regressara definitivamente à aldeia havia pouco tempo participou activamente nas malhas. Durante a realização daquelas as expressões de incitamento ao trabalho que lhe eram dirigidas eram do tipo seguinte: «Ó F. trabalha, trabalha, que estás a ganhar geiras para a tua malha do próximo ano». Interrogado a propósito sobre as suas intenções futuras esse emigrante confirmaria que tencionava de facto lavrar terras de «pão». Para concluir estas notas sobre o trabalho em Fragueiro digamos que a remuneração monetária daquele é excepção, o «copo», a merenda ou a refeição abundante são, conforme a natureza da tarefa, uma regra geral a aplicar de modo a garantir o rigor e a continuidade das relações de «torna-geira».

Tecnologia: «por aqui não aparece nenhum técnico»

Algumas notas sobre a tecnologia aplicada localmente já foram apresentadas de passagem. Sublinhemos agora a autarcia existente em relação àquela. As fontes de conhecimento em que se baseiam os agricultores de Fragueiro para gerirem as suas explorações agrícolas reduzem-se praticamente aos ensinamentos das gerações anteriores e à observação e experiências próprias. Pode dizer-se que, qualquer que seja a concepção utilizada para definir um serviço de extensão agrícola, ao nível local tal serviço não existe. Existem, isso sim, problemas técnicos e um vasto campo para acções educativas. Durante o período em que permanecemos na aldeia nenhum técnico agrícola de qualquer nível profissional por ali apareceu em missão de trabalho. Além disso pudemos verificar que numa dada ocasião um produtor local explicitamente solicitou os serviços dum veterinário no respectivo organismo oficial e por tais serviços esperou em vão o dito sujeito. As conversas que tivemos com os produtores da aldeia sugerem que existe um descontentamento bastante generalizado relativamente à actuação ou falta de actuação dos técnicos ligados à agricultura. Para além da incerteza do recebimento de serviços, outros motivos concorreriam para aquela situação: as elevadas despesas em que incorrem os produtores quando são atendidos (segundo aquelas fontes em 1980 por cada visita do veterinário as despesas oscilariam em geral entre 1000 e 1450\$00); a falta de prestação de informação ao produtor sobre os custos das drogas e dos serviços prestados pelo técnico; desconhecimento por parte do produtor da condição sob a qual actua o técnico, se como funcionário estatal, se como profissional actuando por conta própria.

Desejando obter informações directas sobre a actividade desenvolvida pelos serviços regionais de agricultura solicitamos na respectiva sede o relatório anual de actividades relativo a 1979. Para nossa surpresa fomos informados que só o relatório da secção administrativa tinha sido mimeografado.

Acrescentemos ainda que o facto de uns poucos agricultores dedicarem alguma atenção, sobretudo no inverno, a programas radiofónicos ou televisivos sobre agricultura não parece alterar substancialmente a relativa auto-suficiência tecnológica a que tem estado condenada a população de Fragueiro.

Capital: «uns poucos contos de réis chegam»

Vista da aldeia, a situação encontrada relativamente à questão da aplicação de capital na actividade agrícola era paradoxal. Por um lado, divulgava-se o interesse e acções estatais relativamente ao problema da falta de capital da «lavoura» e, sob a forma de publicidade nos meios de informação nacionais, falava-se duma nova instituição de apoio à agricultura e de novos esquemas de crédito agrícola; folhetos informativos eram também afixados nas paredes dos edifícios bancários e os técnicos discutiam da necessidade de descentralização do crédito bem como da escassez de pessoal ao nível regional para concretizar tal intenção. Aparentemente a injeção de capital contribuiria eficazmente para se vencer a doença da estagnação da agricultura portuguesa. Por outro lado ao nível da aldeia e relativamente às novas possibilidades oferecidas pelo crédito agrícola deparamos com uma falta de conhecimento ou desinteresse quase absolutos. Parece possível afirmar que nenhuma das casas locais terá recorrido ao crédito institucional nos anos mais recentes. Posta a questão as pessoas explicam que actualmente não precisam de contrair empréstimos de capital para gerirem as suas explorações agrícolas. Acrescentam também que em caso de necessidade os familiares e os amigos serão o recurso imediato. Os casos mais recentes de concessão de empréstimos de que tivemos conhecimento ao nível da aldeia, ocorreram entre pai e filho e entre dois amigos. Em qualquer dos casos nenhum dos indivíduos procurou obter informações sobre as eventuais facilidades a conceder pelo crédito institucional.

Relativamente ao passado a questão é descrita de modo radicalmente diferente e fala-se dos empréstimos concedidos por um «doutor» duma aldeia vizinha a taxas de juro entre 20% a 30% ao ano. A propósito diz-se ainda que «nesse tempo em que mesmo aos pés dum cabo da Guarda já se ajoelhava muita gente, esse doutor com duas *canetadas* (palavras escritas) desterrava qualquer um para o ultramar».

*Mercados: «vende-se o gado e compram-se os adubos»**O mercado dos factores*

A participação dos agricultores de Fragueiro no mercado dos factores é bastante incipiente. Em geral parte de produção cerealífera é guardada para as sementeiras e os agricultores que não produzam cevada para semente acabam por adquiri-la por troca por outro grão. Uma casa compra regularmente semente para a cultura do trigo e algumas outras, dado o

aparecimento frequente de ferragem nos últimos anos, começaram a renovar a semente própria. A aquisição da batata-semente é certamente uma prática mais generalizada mas parece possível dizer que tal só se concretiza quando, na percepção dos produtores, se verificou uma quebra significativa da produção. Assim a renovação da batata-semente pode dar-se ao fim de 3,4 ou 5 anos. Na prática as variações da produtividade da cultura são muitas vezes enormes: uma mesma parcela de terreno irrigado, por exemplo, produziu em 3 anos consecutivos, respectivamente, 11, 6 e 2 toneladas de batata/ha. O aparente abstencionismo relativamente à compra da batata-semente tem também algo a ver com as estruturas da oferta desse factor de produção. Na verdade um dirigente do «grémio» confirmou a frequente incapacidade da organização em dar resposta à procura da batata-semente. Por outro lado os agricultores parecem preferir a produção própria daquele factor, o que fazem em terrenos não-irrigados, à compra do mesmo a intermediários que não garantem a qualidade do produto. Em relação às plantas hortícolas os agricultores locais podem produzir as respectivas sementes ou partes vegetativas necessárias à reprodução, podem comprá-las nas feiras ou casas comerciais ou podem ainda obtê-las gratuitamente de familiares ou amigos.

Desde que um camião carregado com sacos-amostra de 1 kg. de fertilizante chegou num dia de feira à sede do concelho e os propagandistas do produto o distribuíram como quem atira rebuçados a meninos de escola, a população de Fragueiro teria ficado a saber da existência desse novo factor de produção. Desde então terão passado 4 ou 5 décadas e pode dizer-se que a utilização dos fertilizantes está generalizada, particularmente para o cultivo dos cereais e batata. Cerca de 20 casas, num total de 27, terão adquirido adubos para o ano de 1980/81 mas, segundo estimamos, tais aquisições por casa estariam compreendidas entre 250 e 500 kg. Tal como acontece desde há alguns anos aquele factor foi fornecido por um intermediário que abastece ainda as aldeias vizinhas. A título de favor um dos residentes em cada aldeia elabora a respectiva lista de encomendas de fertilizantes. Algum tempo depois cada casa recebe à porta os sacos de adubo encomendados. A aquisição dos fertilizantes na «cooperativa» não é uma alternativa atraente para os agricultores locais pois implica que eles assegurem o transporte dos respectivos sacos.

Involúcrós de pesticidas produzidos por empresas multinacionais podem ser vistos nos terrenos agrícolas de Fragueiro mas este sinal do envolvimento da população local no mercado mundial é ainda relativamente tímido. Os pesticidas são usa-

dos na cultura da batata mas evitados nas outras culturas. A sua compra pode ser feita nas casas comerciais, na cooperativa ou através de intermediários. Alguns produtores adquirem-nos mesmo em Espanha, onde, segundo dizem, são mais baratos.

A aquisição regular de rações para engorda respectivamente de coelhos e de crias de bovinos é prática só verificada em duas casas. Ocasionalmente, para a engorda rápida de bovinos, mais 2 ou 3 casas poderão também adquirir rações. Estas são fornecidas por casas comerciais mas os compradores terão de assegurar o respectivo transporte. Em certas circunstâncias, os produtores de Fragueiro poderão ainda recorrer aos moleiros de aldeias vizinhas para adquirirem farinhas e farelos.

O mercado dos produtos

A participação dos agricultores locais no mercado dos produtos faz-se essencialmente através da comercialização do gado bovino. Logo que os animais atinjam um certo desenvolvimento o produtor procura vendê-los directamente aos talhantes ou numa feira de gado. Em princípio, qualquer um dos 4 talhantes operando nas cidades vizinhas poderá ser contactado mas a prática de recorrer a um cliente preferencial parece constituir regra. Observado o animal no estábulo o negócio pode seguir duas vias: os intervenientes discutem o preço a pagar pelo talhante por cada kg. de carne limpa, ou decidem-se pela modalidade de venda/compra «à luta», isto é, discutem o preço a pagar pelo animal vivo. Talhante e agricultor tratam-se informalmente ou até mesmo amigavelmente e, em certos casos, as relações entre eles são de longa data. Após o fecho do negócio e carregamento do animal, o tradicional «copo» é bebido ritualmente. Em geral, após a matança do animal, o talhante deposita na conta do agricultor o valor relativo à transacção ou pode eventualmente enviar-lhe o dinheiro por meio dum portador. Os agricultores não têm por hábito deslocarem-se ao matadouro, a fim de se informarem directamente sobre o peso do animal, após o abate e limpeza.

A comercialização das diversas produções vegetais é extremamente reduzida, na maior parte dos casos, e não há propriamente culturas de rendimento, isto é, culturas destinadas exclusivamente ao mercado. Não é fácil estabelecer com relativo rigor as fracções que os agricultores reservam para a alimentação do gado, para o consumo familiar e para o mercado, mas estimamos, com base nas informações obtidas, que relativamente ao cereal e à batata nenhuma das casas da aldeia venderá para o mercado quantidades acima de 50% da

produção total. Relativamente aos cereais, só os dois maiores produtores vendem regularmente parte da produção de trigo e menos frequentemente centeio. O cereal é vendido ao «grémio» e é pago ao preço oficial, sendo o transporte questão a resolver pelo agricultor. A batata é, em geral, vendida aos intermediários ou, por vezes, ao «Estado». Os intermediários, libertando o agricultor do problema do transporte do produto e assegurando o pagamento do produto a pronto, estão, em geral, numa posição favorável para, em larga medida, controlarem o preço a pagar ao agricultor. Duas casas dedicaram-se ao cultivo do tremço para venda num mercado urbano próximo, mas as perspectivas de comercialização não pareciam ser animadoras.

Nos últimos anos a procura de castanhas e nozes tem sido significativa ao nível local. Os residentes de Fragueiro falam das visitas às aldeias empreendidas por vários intermediários e inclusivamente comerciantes de cidades vizinhas ou distantes, Lisboa por exemplo. Em 1979 pelos menos 3 casas teriam vendido entre 30 a 40 contos de nozes cada uma.

Os intermediários

Apresentemos agora algumas notas a respeito dos intermediários. Em Fragueiro actuavam pelo menos dois tipos de intermediários: o «intermediário-residente-na-aldeia» e o «intermediário-de-fora». O primeiro pode ser simplesmente um delegado do segundo, encarregado de recolher informações e estabelecer contactos para a concretização de negócios. Mas o intermediário-residente pode ele próprio assumir a iniciativa de adquirir produtos aos seus vizinhos para depois os vender a algum comerciante ou intermediário-de-fora. Pode ainda estar envolvido na própria comercialização de factores de produção tais como batata-semente. Tal como os restantes indivíduos da aldeia o intermediário-residente é um produtor agrícola. Todavia utiliza o seu tempo de modo diferente. «Na cidade é que se fazem os negócios», diz ele, e é aí, de facto, que frequentemente se desloca. Os contactos nas feiras, tabernas e cafés fornecem-lhe indicações sobre as tendências da procura e da oferta, a nível regional e nacional, e sobre eventuais oportunidades de «fazer negócio». Conhecedor, por experiência própria, de que «a agricultura não dá nada», enquanto que «o negócio, esse sim, é que dá», o intermediário-residente não deixa de alimentar e fortalecer as suas muitas relações com gente da cidade e das aldeias da região. Ele pode inclusivamente ter um encarregado de negócios na cidade, um familiar ou amigo, que, eventualmente, actuará em seu nome.

O intermediário-de-fora opera, normalmente, a uma escala maior do que o intermediário-residente, embora possa igualmente viver numa aldeia. É em geral proprietário de um ou vários camiões e comercializa também outros produtos não-agrícolas, nomeadamente materiais de construção civil. O transporte de produtos agrícolas no sentido dos mercados urbanos e o transporte de ferro, cimento, tijolos e telha no regresso, parece constituir uma situação habitual. O intermediário-de-fora possui ainda uma exploração agrícola, a qual dispõe, em geral, de maquinaria agrícola. Esta é também utilizada para prestação de serviços a outrém.

FRAGUEIRO: POUPANÇA, CONSUMO E INVESTIMENTO A NÍVEL LOCAL

Poupança

Segundo os habitantes de Fragueiro até uma data relativamente recente a formação de poupanças ao nível local ou até mesmo a obtenção de dinheiro para fazer face a despesas correntes só era possível desde que recorressem a actividades não-agrícolas do tipo já indicado. Mas, como dissemos, a migração urbana e a emigração do chefe de família eram frequentemente experimentadas como o meio de resolver aqueles problemas. Como sintetizou um dos chefes de família «não havia dinheiro aqui e nós íamos atrás dele». A experiência emigratória, no que se refere à formação de poupanças, é, em geral, descrita como tendo sido positiva. Algumas casas viram ainda o seu «pé-de-meia» aumentado, através de vendas ocasionais de parte da propriedade familiar, nogueiras e castanheiros, por exemplo, e por meio de compensações relativas à expropriação de terrenos para a construção da estrada asfaltada.

Segundo a percepção dos residentes mais idosos da aldeia a situação relativa à disponibilidade de capital é hoje radicalmente distinta da que existia num passado não muito longínquo. Indagadas sobre o assunto as pessoas proferem enfaticamente afirmações como as seguintes: «hoje já não há a miséria que havia», «nunca tivemos tanto dinheiro disponível como actualmente», «todas as casas desta aldeia possuem boas contas a prazo». Estimativas locais indicam que 3 casas teriam mesmo poupanças na ordem do milhar de contos. Informações adicionais permitem-nos aceitar como dignas de confiança aquelas estimativas e afirmações. Não se poderá também deixar de considerar significativos os factos seguin-

tes: a reconstrução da igreja local concretizou-se graças a um empréstimo concedido por um dos residentes; duas outras casas emprestaram dinheiro para a aquisição de maquinaria agrícola; os jovens começam a ter contas a prazo abertas pelos próprios pais; o serviço móvel de uma agência bancária mantém visitas regulares às aldeias de vários concelhos, sendo cada uma delas contactada aproximadamente uma vez por semana, pelo menos no período de Verão (contraponha-se a este «interesse» pelo meio rural o «desinteresse» visível em termos de extensão rural); em determinado dia do mês de Agosto de 1980 os depósitos recolhidos pelo serviço bancário referido teriam atingido o valor aproximado de 1800 contos. Alguns exemplos mais poderão ilustrar um dito hoje corrente: «o dinheiro actualmente corre». De facto, o valor das apostas nos jogos tradicionais atinge hoje valores outrora impensáveis e suficientemente altos para deixar atónitos os observadores. Os ofertórios das festas religiosas recolhem fundos substanciais e os andores são profusamente decorados com notas de 500\$00 e 1000\$0; um novo costume foi introduzido nas bodas de casamento: o ramo de flores da noiva é leiloadado sendo notável a competição entre os convivas. Poder-se-á dizer que todos estes sinais dizem respeito a ocasiões festivas mas não nos parece possível reduzir estes e outros comportamentos a simples paixão do jogo ou ao fervor religioso.

Identificar com relativa certeza a partir de que fontes se constituem actualmente as poupanças do meio rural é questão a investigar mas, de imediato, poderão talvez antecipar-se as seguintes possibilidades: remessa de familiares emigrados, pensões e subsídios sociais e criação de gado bovino. As remessas dos emigrantes constituem certamente uma fracção importante das poupanças de que dispõem os habitantes do meio rural mas não é fácil determinar o grau de controlo efectivo que sobre esse capital têm os familiares residentes na aldeia. As pensões e subsídios também alimentarão as poupanças locais, pelo menos parcialmente, pois parece generalizada a atitude de se recorrer a esse capital só em casos de necessidade imperiosa. A data da observação de campo era bastante generalizada entre os produtores a opinião de que a criação de bovinos estava sendo uma actividade relativamente lucrativa, embora também considerassem que a parte de leão ia parar a mãos alheias. Digamos porém que é provável que as possibilidades consideradas se não ajustem aos casos daqueles que se encontram razoavelmente envolvidos em actividades não agrícolas. No dizer dos próprios protagonistas «o negócio é tudo» ou então «mais vale uma boa hora de negócio na vida do que vários anos de trabalho na agricultura».

Consumo

Quem permaneça em Fragueiro ou nas aldeias vizinhas durante algum tempo aperceber-se-á do relativamente intenso vai-e-vem de carrinhas que quais mini-mercados asseguram a venda ora de géneros alimentares ora de artigos de vestuário ora ainda de utensílios domésticos. Poderá dizer-se que não é o povo que se desloca ao mercado mas este que vem até ele. O transporte público diário entre a aldeia e Bragança permite ainda aos residentes locais um contacto directo com o mercado urbano. Os níveis de consumo da população de Fragueiro, dum modo geral, surgem-nos, no entanto, extremamente limitados quando os comparamos com uma situação urbana, ou quando os confrontamos com o que nós próprios estabeleceríamos como condições mínimas de bem-estar. O consumo de peixe, carne de vaca, arroz, fruta e produtos lácteos, nomeadamente leite, parece ser extremamente baixo na maior parte das casas e nalgumas será mesmo nulo, relativamente a certos alimentos. As hortas e animais domésticos das diversas casas parecem suprir a maior parte das necessidades alimentares. As observações circunstanciais que realizamos neste domínio sugerem pelo menos que a dieta habitual é, na verdade, muito pouco diversificada: batata, pão de centeio e carne de porco são elementos praticamente obrigatórios. As casas são muito pobremente mobiladas e a falta de um isolamento térmico mínimo permite que os rigores do Inverno se facam sentir duramente. Nem todas as casas possuem água canalizada e só 3 das casas permanentemente ocupadas possuem casas de banho. O número de aparelhos de TV na aldeia era de cerca de uma dezena. Duas casas possuíam máquina de lavar roupa e quatro casas dispunham de veículos próprios: 2 automóveis e 2 carrinhas.

Investimento

Quer em termos individuais, quer em termos colectivos, não deixa de impressionar qualquer observador a reduzida aplicação de capital ao nível local. A aquisição de alguns terrenos num número reduzido de casos e a compra de maquinaria agrícola, alguma em segunda mão, no caso de quatro das explorações agrícolas locais parecem esgotar os motivos para a aplicação de capital a nível individual. A construção de alguns reservatórios de água de rega, o revestimento de 12 metros de um canal ou a aquisição duma mó para o moinho da aldeia surgem como sinais de aplicação de dinheiro pertencente a várias casas, ou à colectividade como um todo.

NOTA FINAL

Tentemos agora de modo breve e marcado uma certa recomposição do todo que dissecámos. Em Fragueiro observamos uma agricultura associada a uma «não agricultura», sendo esta aparentemente tão importante que parece legítimo perguntar se uma parte da população (quão grande será essa parte?) dependerá, para viver, da actividade agrícola que realiza. A agricultura e a «não-agricultura» locais parecem ter dado origem a poupanças consideráveis que, paradoxalmente, não são utilizadas, nem para consumos dirigidos ao bem-estar das pessoas, nem para a criação de riqueza ao nível local. Procurando ter «de tudo um pouco», o habitante de Fragueiro, como agricultor reduz-se ao centeio e batata, como criador de gado cuida de lameiros e privilegia as «crias» e como consumidor prefere a carne de porco. A terra, pertença quer das «casas», quer do «povo», quer ainda da «Igreja», não parece constituir já base de marcada diferenciação social e no entanto trabalhar a terra de outrém surge como elemento importante da realidade local. A água, em Fragueiro; encoraja no Inverno a erosão e no Verão a sua escassez alimenta os conflitos sociais. Preso à «vida de trabalho» o habitante da aldeia tem encontrado ultimamente algum conforto no descanso que as máquinas agrícolas vão proporcionando, mas as vacas são, por ora, a máquina de mais fácil condução e manutenção. A mão-de-obra familiar apoia-se na «torna-geira» e no pico das colheitas acolhe com alívio «os filhos da terra», vindos da cidade ou do estrangeiro. O trabalho dito comunitário não é propriamente desconhecido mas algumas situações a que o termo tem sido aplicado não passarão de «torna-geiras» alargadas. A moeda não se imiscui nas relações de trabalho, mas os produtos da terra são sempre compensação imediato do esforço dispendido. O fenómeno da «poupança estrutural» já foi detectado e convenientemente tratado pelas agências bancárias da zona, mas, dada a inexistência dum serviço de extensão agrícola, o potencial de desenvolvimento é algo que jaz. Praticamente só uns sacos de adubo são o sinal de que a autarcia tecnológica local não é absoluta.